

Exigências não surpreendem

DENISE NEUMANN

As metas de déficit público e de desvalorização cambial contidas no Memorando Técnico de Entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não surpreenderam os economistas. Os objetivos negociados são os mesmos já divulgados e fazem parte do programa de ajuste fiscal apresentado pelo governo ao Congresso Nacional.

Os economistas consideram perfeitamente possível encerrar o ano de 1998 com um déficit nominal de 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB), apesar de ele ter alcançado entre 8,3% e 8,4% em setembro, segundo projeções dos economistas. E até novembro o déficit vai subir. As projeções para o fim do ano estão entre 7,9% e 8,0%. A certeza dos economistas é contábil: no resultado de 12 meses sairá da conta o mês de de-

zembro de 1997, que foi muito ruim, alcançando um déficit primário de R\$ 9 bilhões.

“Além disso, o alcance da meta também depende do governo federal encerrar o ano com um ganho de R\$ 5 bilhões na conta primária”, observa Rita Rodrigues, da Tendências Consultoria. A mesma observação é partilhada por Bernard Appy, da LCA Consultores. O resultado de setembro, diz, não mostra redução das despesas de custeio e investimento, apesar do anúncio de cortes feito no início do mês. “Para chegar ao resultado esperado é preciso que esta despesa realmente caia”, pondera Appy.

Para Dany Rappaport, economista-chefe do Banco Santander, não há nada nas entrelinhas do acordo que sugira uma desvalorização maior do câmbio. “Os 7,4% significam a manutenção da política atual”, diz ele.